INSTRUÇÃO GGP/CON nº 004/2011

O Grupo de Gestão de Pessoas, da Coordenadoria de Recursos Humanos, da Secretaria da Saúde, expede a seguinte **INSTRUÇÃO** objetivando dar sua contribuição na aplicação das disposições dos Despachos Normativos do Governador, de 22, publicados no D.O.E. de 23 de novembro de 2011, que estendem a todos os servidores admitidos com assento na Lei 500/74, os efeitos das decisões judiciais que reconheceram a tais agentes o direito à Licença-Prêmio e à Sexta Parte.

I – LICENÇA PRÊMIO

I.1 – Levantar relatório de todos os servidores admitidos sob a égide da Lei 500/74;

I.1.1 – Identificar os servidores que obtiveram a licença prêmio por decisão judicial contemplando todo o tempo de serviço;

I.1.1.1 – NADA A PROVIDENCIAR

I.1.2 – Identificar os servidores que obtiveram a licença prêmio por decisão judicial, porém com restrição temporal;

I.1.2.1 – Averbar a licença prêmio considerando todo o tempo de serviço, na forma prevista no DESPACHO NORMATIVO;

I.1.2.2 – Verificar se a decisão judicial determinou o pagamento de parcelas vencidas em pecúnia;

I.1.2.3 – Identificar eventuais períodos já usufruídos;

I.1.2.4 - fazer as devidas anotações relativas aos itens I.1.2.1 e I.1.2.3 para controle da Administração;

I.1.3 – Identificar os servidores que obtiveram o benefício por ocasião de nomeação para exercício de cargo em comissão;

I.1.3.1 – identificar eventuais períodos já usufruídos em decorrência do direito conforme item I.1.3;

I.1.3.2 – Identificar servidores que tiveram períodos indenizados quando exonerados de cargos em comissão a critério da administração;

I.1.3.3 - Averbar a licença prêmio considerando todo o tempo de serviço, na forma prevista no DESPACHO NORMATIVO;

I.1.3.4 – Fazer as devidas anotações dos períodos identificados conforme itens I.1.3.1 e I.1.3.2 para controle da Administração;

I.1.4- Os servidores cujos processos já se encontram na São Paulo Previdência – SPPREV, para fins de aposentadoria, exceto quando se tratar de servidores que optaram por afastar-se com base no parágrafo 22 do artigo 126 da CE/89 (código 100) e que tenham interesse em usufruir blocos de licença prêmio concedidas com base no DNG, poderão exercer sua opção por escrito, situação na qual o órgão de Recursos Humanos deverá, com a devida urgência, solicitar a SPPREV a restituição do referido processo para reencaminhamento em época oportuna. Caso não tenha interesse, firmar declaração de que deseja ser aposentado independente da fruição da licença prêmio.

OBS.: ATENÇÃO ESPECIAL A SERVIDORES EM CONDIÇÕES DE APOSENTAÇÃO OU PRÓXIMO DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS PARA APOSENTADORIA.

II - SEXTA-PARTE

II.1 - Levantar relatório de todos os servidores admitidos sob a égide da Lei 500/74;

II.1.1 - Identificar os servidores que obtiveram a SEXTA PARTE por decisão judicial;

II.1.1.1 – NADA A PROVIDENCIAR

II.1.2 – Identificar servidores que obtiveram a sexta parte por decisão judicial recente, antes da publicação do DNG e ainda não apostilado;

II.1.2.2 – proceder o apostilamento da decisão judicial regularmente;

II.1.3 – identificar servidores que obtiveram ganho de causa judicial com publicação posterior à publicação do DNG;

II.1.3.1 – Providenciar o apostilamento do julgado combinado com o DNG;

II.1.4 – identificar servidor que percebem a sexta-parte em razão de se encontrar nomeado em cargo em comissão;

II.1.4.1 – conceder a sexta parte na função-atividade de origem;

II.1.5 – Para os servidores cujos processos já se encontram na São Paulo Previdência – SPPREV, para fins de aposentadoria, exceto quando se tratar de servidores que optaram por afastar-se com base no parágrafo 22 do artigo 126 da CE/89 (código 100) deverá o órgão de Recursos Humanos providenciar a Portaria concessória do benefício da sexta-parte, e encaminhar ao órgão fazendário visando a inclusão da vantagem no pagamento do servidor. Nos casos em que os processos se encontrem ratificados ou na CRH para ratificação, deve a unidade proceder a concessão, encaminhando a Portaria para o órgão fazendário e juntar cópia no processo único que será enviado a SPPREV.

III – REQUISIÇÕES DE INFORMAÇÕES PARA INSTRUÇÃO DE NOVAS AÇÕES JUDICIAIS

III.1 – Prestar as informações como de praxe, informando, ao final, que o servidor já faz jus ao benefício conforme DNG de 22, publicado em 23 de novembro de 2011.

IV – SERVIDORES COM DIREITO A SEXTA PARTE QUE ESTEJAM COM O TEMPO RATIFICADO E PRETENDAM SE APOSENTAR.

IV.1 – Providenciar a concessão da sexta-parte e juntar a apostila respectiva no Processo Único – não há necessidade de elaboração de nova certidão.

V – As situações não contempladas nesta instrução deverão ser objeto de consulta a este Grupo de Gestão de Pessoas, através do e-mail ggp@saude.sp.gov.br.

IMPORTANTE

- A licença prêmio é um direito adquirido pelo servidor, desde que atendidas as disposições legais que a regem, porém a sua fruição está condicionada à disponibilidade da Administração. Recomenda-se às gerências que fixem critérios –

escala, ou etc.. – de modo a não acarretar prejuízos aos serviços e aos servidores envolvidos.

- Todos os servidores, inclusive aqueles com processo de aposentadoria já encaminhado a SPPREV, desde que ainda não estejam publicados, deverão ser cientificados do direito ao benefício da licença prêmio para, se for o caso, exercer a opção referida no item “1.1.4”

- Objetivando a agilização do processo, estamos encaminhando planilha contendo servidores que se encontram em condições de obter o benefício da sexta-parte, devendo a unidade conferir os dados, verificando cuidadosamente se trata de servidor efetivamente do seu quadro funcional ou se trata de situação de afastamento, situação na qual a responsabilidade pela concessão é da unidade de origem do mesmo, a qual deverá ser alertada.

MODELOS DE PUBLICAÇÃO

REQUISITOS COMPLETADOS ANTES DE 23/11/2011

“O Diretor...., no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso V, alínea “b”, do artigo 37, do Decreto 52.833 de 24/3/2008, CONCEDE ao servidor ..., R.G ... função-atividade, a SEXTA PARTE de seus vencimentos, com fundamento no artigo 129, da CE/89, cc. Despacho Normativo do Governador de 22, publicado em 23/11/2011, a partir de.../.../..., quando completou 20 anos de efetivo exercício, vedado o pagamento de parcelas vencidas em data anterior à da publicação do referido despacho.”

RESQUISITOS COMPLETADOS A PARTIR DE 23/11/2011

“O Diretor...., no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso V, alínea “b”, do artigo 37, do Decreto 52.833 de 24/3/2008, CONCEDE ao servidor ..., R.G ... função-atividade, a SEXTA PARTE de seus vencimentos, com fundamento no artigo 129, da CE/89, cc. Despacho Normativo do Governador de 22, publicado em 23/11/2011, a partir de.../.../..., quando completou 20 anos de efetivo exercício.”

**DESPACHOS DO GOVERNADOR,
DE 22-11-2011**

No processo PGE-11.046-09 (CC-103.533-09), em que é interessada a Procuradoria Geral do Estado: “À vista da representação do Procurador Geral do Estado, decido em caráter normativo, com assento no art. 2º, XI, da LC 478-86, autorizar a extensão, aos servidores admitidos com assento na Lei 500-74, dos efeitos das decisões judiciais que reconheceram a tais agentes o direito a sexta-parte, vedado o pagamento de parcelas remuneratórias vencidas em data anterior à da publicação deste despacho.”

No processo PGE-18591-386117-09 (CC-92.992-11), em que é interessada a Procuradoria Geral do Estado: “À vista da representação do Procurador Geral do Estado, decido em caráter normativo, com assento no art. 2º, XI, da LC 478-86, autorizar a extensão, aos servidores admitidos com assento na Lei 500-74, dos efeitos das decisões judiciais que reconheceram a tais agentes o direito a licença-prêmio, admitido o cômputo de períodos aquisitivos desde o respectivo ingresso e retroagindo a averbação ao preenchimento dos requisitos previstos nos arts. 209 e 210 da Lei 10.261-68.”